



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA / UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES

**Projeto de Pesquisa: A Aplicação da Lei 10639/2003 na Escola Ensino
Fundamental Municipal Monsenhor Manuel Cândido no município de
Baturité-CE**

FRANCISCO SÁVIO DA COSTA SOUZA

**REDENÇÃO – CEARÁ
2018**

Projeto de Pesquisa: A Aplicação da Lei 10639/2003 na Escola Ensino Fundamental Municipal Monsenhor Manuel Cândido no município de Baturité-CE

FRANCISCO SÁVIO DA COSTA SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharel em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira

**REDENÇÃO – CEARÁ
2018**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PROBLEMATICA	6
3. OBJETIVO GERAL	7
4. JUSTIFICATIVA	8
5. BREVE DISCURSÃO TEÓRICA	10
6. METODOLOGIA	15
7. CRONOGRAMA	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

Projeto de Pesquisa: A Aplicação da Lei 10639/2003 na Escola Ensino Fundamental Municipal Monsenhor Manuel Cândido no município de Baturité-CE

RESUMO:

Esse projeto consiste em realizar um estudo sobre a aplicação da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola Ensino Fundamental Municipal Monsenhor Manoel Cândido no município de Baturité-Ceará. A temática desta pesquisa foi desenvolvida através de vivências que foram construídas na Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Redenção-Ceará. O estudo propõe reflexões sobre a luta do movimento negro na educação brasileira e a Lei 10.639/03. Afim de enriquecer os debates propostos, esse estudo será construído em uma perspectiva qualitativa, bibliográfica e exploratória. Para a realização do estudo pretende-se entrevistar professoras e professores do ensino fundamental I (1º ao 5º ano). O convite para participar ocorrerá via apresentação da proposta de pesquisa, com os objetivos e questionário. Além das entrevistas, buscará analisar os documentos da escola, como projeto político pedagógico, planos de aula, com o intuito de compreender a aplicação da lei 10.639/2003 na referida escola. A presente pesquisa será desenvolvida nos anos finais do curso de Pedagogia.

PALAVRAS CHAVE: Educação das Relações Raciais; Cultura Afro-Brasileira e Africana; Lei 10639.

INTRODUÇÃO

Esse projeto de pesquisa consiste em realizar um estudo sobre a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. É importante que os professores sejam devidamente qualificados, pois para a verdadeira aplicação da lei, é necessário que se tenha profissionais capacitados. Tratar a perspectiva histórica e cultural Afro-Brasileira e Africana, não significa deixar de lado a perspectiva das outras culturas.

Atualmente, é um desafio ter a educação das relações étnico-raciais sendo aplicada e conseqüentemente ter o negro inserido nas propostas curriculares, representando quem é, um sujeito histórico formador da população brasileira.

A escolha desse tema se deu através da compreensão de algumas vivências, como por exemplo, a minha vivência educacional, onde presenciei inúmeras situações relacionadas ao racismo. Esses ocorridos aconteciam em diversos espaços, públicos e privados, sendo, a escola um desses principais espaços, lugar em que eu mais frequentava, assim como muitos outros jovens. Como estudante de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), percebi a importância do ensino das relações étnico raciais nas instituições de educação básica, conforme prevê a Lei 10.639/2003.

Afim de enriquecer os debates propostos, esse estudo será construído em uma perspectiva qualitativa e exploratória. O estudo propõe reflexões sobre a Lei 10.639/03 e a sua aplicação. Compreendemos que este é o bom caminho para analisar os processos sociais de inclusão e seus reflexos na vida dos docentes e discentes do município. É importante que estas questões não sejam vistas de forma fragmentada e sim percebendo todas as suas mediações.

Para ter acesso a aplicação da lei na prática, este projeto de pesquisa visa, através do objetivo geral, compreender como ocorre a aplicação desta lei na Escola Ensino Fundamental Municipal Monsenhor Manoel Cândido no município de Baturité–CE.

PROBLEMATIZAÇÃO

A região do maciço de Baturité, em especial o município de Baturité-CE que fica a 100 km de Fortaleza-CE, tornou-se, no início do século XX, celeiro da educação cearense, reconhecida de forma local e regional, porém, ao adentrar a história da educação na região, nos deparamos com a forte influência do cenário nacional da igreja católica. Baturité-CE é marcada pela forte presença dos padres jesuítas que vieram para catequizar os índios Jenipapos e Canindés, caracterizando o predomínio do catolicismo, como fica demonstrado através da criação do antiga Escola Apostólica dos Jesuítas 1922. (QUEM SOMOS, 2016)

Em 26 de maio de 1937 foi inaugurada na cidade o prédio Grupo Escolar Monsenhor Manoel Cândido, o nome da escola foi homenagem do prefeito Ananias Arruda ao vigário local, tio de sua esposa, a partir do seu funcionamento, os alunos que fazia parte do antigo Grupo Escolar se deslocaram na época para a intuição que, oferecia o ensino gratuito e primário, a escola hoje ainda funciona no mesmo prédio, atendendo o público de ensino infantil e fundamental. (PROJETO, 2012)

Tendo em vista a formação educacional do município, temos dificuldades em encontrar fontes que abordem a sua formação histórica, mesmo tendo acesso a alguns materiais. A imagem dos negros e negras que também fizeram parte da construção de identidade da nossa cidade, ainda são inviabilizados em seus registros históricos e na formação do município, onde o mito da democracia racial ainda persiste. Escolhi, como campo de pesquisa, o município de Baturité-CE, lugar onde mesmo com pesquisas relacionadas a educação étnico racial no município vejo, a importância de reforçar esse debate na cidade e principalmente com os professores.

OBJETIVO GERAL

- Compreender a aplicação da Lei 10639/2003 na Escola Ensino Fundamental Municipal Monsenhor Manuel Cândido no município de Baturité – Ce.

JUSTIFICATIVA

A temática deste projeto de pesquisa foi desenvolvida através de vivências que foram construídas na Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Redenção-Ceará, onde conheci a lei 10.639/03 em busca de conhecer do que se tratava a mesma, fui me aprofundando nos motivos em que levaram a sua existência e a importância de sua aplicabilidade, diante as leituras e principalmente as percepções dentro e fora da universidade, me fizeram compreender e respeitar as histórias de lutas e resistência de negras e negros.

Esta luta que ainda persiste contra uma sociedade que tenta naturalizar a existência do racismo e a exclusão que acontece com esses cidadãos em nosso país, vejo, que ainda é necessário que suas histórias diante essas problemáticas precisam ser refeitas e reconhecidas.

Como pesquisador e estudante vejo a importância da execução e o fortalecimento da lei com desenvolvimento de pesquisas que valorizem a cultura afro-brasileira e sua diversidade nacional e regional, pois a necessidade de ampliar esse diálogo é uma das maneiras de enfrentar as diferentes formas de preconceito racial, racismo e discriminação racial. Noto que através de políticas públicas e práticas pedagógicas, são caminhos fundamentais para colaborar o acompanhamento da efetivação da implementação dessa lei.

Essa temática será pesquisada em razão ao fortalecimento da execução da lei, pois a mesma é obrigatória no currículo nacional desde 2003 e ainda há resistência para efetuar sua aplicabilidade. A lei desde de sua aprovação vem reparando os danos que foram causados a população negra, principalmente nos espaços do letrado, onde busca a valorização da história, cultura e a luta de negras e negros. Um dos seus desafios é romper as barreiras que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira.

A Lei federal 10639/2003 fortalece às reivindicações e pressões históricas do movimento negro brasileiro e os métodos para enfrentar o racismo, mas ainda é necessário que os órgãos governamentais, que são responsáveis pela educação, deveriam olhar com mais atenção para esses profissionais que têm muito a contribuir.

A importância de despertar reflexões com essa temática no município é uma forma de contribuir e fortalecer a história da cultura e as lutas de resistências de negras e negros que participaram da nossa formação de identidade, sendo que através de práticas pedagógicas antirracista contribuirão para que a lei seja reconhecida e principalmente executada, sendo que essa é forma de fiscalizar e garantir amparos para dar continuidade no processo de sua implementação. Pois noto que este é o bom caminho para analisar os processos sociais de inclusão e na vida dos docentes e discentes no cenário atual do sistema de ensino baturiteense.

Esse trabalho tem importância na relevância acadêmica, porque vai somar as bibliografias já construídas a respeito da questão, suscitando assim uma ampla discussão e reflexão sobre a lei 10.639/03 nos espaços universitários e nos outros veículos e lugares públicos e por fim abrindo mais interesses daqueles que buscam igualdade entre os seres humanos. É necessário que não devemos esperar que escolas, secretarias de governos e o Estado sejam os únicos atores responsáveis pelo combate às desigualdades raciais.

BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

No Brasil as iniciativas para estabelecer uma educação inclusiva e plural vem percorrendo desde do final do século XIX. No qual, já era possível notar a luta do movimento negro brasileiro, em busca de soluções para o racismo utilizando vias educacionais. (CARTILHA, 2017)

O racismo, sob o mito da democracia racial, operou e opera silenciosamente nas relações sociais brasileiras. Os negros por sua vez, não ficaram parados, lutaram de várias formas por sua liberdade. Mesmo com o fim da escravidão, negros e negras continuaram a ser tratado pela sociedade como seres humanos inferiores aos brancos. Condições que perduram até hoje, com resquícios do período imperial do Brasil. (FERNANDES, 1987)

Os intelectuais em seus estudos apontam os problemas com os negros no Brasil, afirmam que existe o mito da democracia racial, como um dos fatores da naturalização do preconceito racial no Brasil, onde Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande Senzala” é considerado como marco inicial na produção intelectual, indica uma tranquilidade e cordialidade em nossa relação de miscigenação. (CARTILHA, 2017)

Desde então a luta do movimento negro brasileiro foi se fortalecendo no decorrer dos anos de 1980 com o marco na constituição federal de 1988, que tem sido utilizada como argumento para obstruir os debates sobre as desigualdades sociais. Nessa década a discriminação racial alinhava o debate étnico racial e de negritude, fundamentada numa identidade especificamente negra. A questão da estética, religiosa e cultural fundamentada na ancestralidade, tornou-se espaço de afirmação da sua negritude. (BRASIL, 2013)

Em 1980 pesquisadores e cientistas, em busca dessa afirmação da identidade negra e seus reconhecimentos, revisaram o material didático, onde constaram que a história dos negros e negras que chegaram no Brasil e também fizeram parte da nossa construção de identidade, só associavam a essas pessoas a imagem de dor e a escravidão, onde sua estética, religião, costumes e festejos não eram retratados nesses materiais e quando mencionados, eram vistos de formas pejorativas. (SILVEIRA, 2011)

Tendo em vista a importância do reconhecimento da história dos afro-brasileiros e africanos e a valorização da sua negritude, o movimento negro brasileiro buscou consolidar a importância das práticas educativas nos currículos escolares brasileiros. Visando práticas pedagógicas para a educação étnico raciais fossem incluídas no currículo e que a história da África e afro-brasileira fossem trabalhadas no cotidiano em sala de aula, pois essa seria uma das maneiras de incluir ações educativas que combatessem o racismo e discriminação nos espaços educacionais, para o reconhecimento da sua identidade negra e se tornaria uma afirmação de positividade. (BRASIL, 2013)

Em 9 de Janeiro de 2003 foi vigorado nas primeiras ações do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639/03 alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e tornando obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, juntamente com o Parecer CNE/CP nº03/2004 e a resolução CNE/CP nº01/2004, vem contribuindo para que educadores e educadoras de todo o país tornem-se os principais agentes na plena efetivação da Lei. (BRASIL, 2004)

A Lei 10.639/03 nos eixos fundamentais do plano vem buscando o fortalecimento do marco legal no âmbito de estados, municípios e Distritos Federal e a inclusão da temática no Plano Nacional de Educação (PNE), visa práticas pedagógicas e rotinas educacionais. E vem estar plenamente orientadas para relações sociais igualitárias, busca garantir o direito de negros, negras e cidadãos brasileiros em geral ao acesso em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica e suas atribuições nas instituições seja realizada no ensino público e privado. (BRASIL, 2013)

O tema o movimento negro no Brasil e a lei 10.639/03 serão base para essa pesquisa, pois são importantes para contemplar os objetivos da pesquisa que tratam sobre todo o processo de aplicação da lei na vivência da Escola de Ensino Fundamental e Municipal Monsenhor Manoel Cândido. Nesse contexto a pesquisa visa trilhar um percurso investigativo sobre como, de fato, está ocorrendo a aplicação da lei e quem são os sujeitos envolvidos nesse processo.

Essa lei torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, contemplando o estudo de História da África e do (as) africano (as) a luta dos (as) negra brasileira e o (a) negro (a) na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (SILVA, 2009)

O tema da pesquisa é sobre a lei 10.639/03, o fato de se tratar de uma lei e de um estudo sobre sujeitos sociais, já torna a temática relevante. Por isso é fundamental estudar a temática que não só interessa a população negra, mas sim, toda a sociedade brasileira, pois reconhecer e valorizar a história e a cultura negra é buscar amparar os danos que foram causados a essa população, que é formada por uma sociedade multicultural e pluriétnica.

Durante minha formação na educação básica tinha pouco conhecimento sobre as lutas e resistências de negras e negros que fizeram parte da nossa construção de identidade em nosso país, quando ouvia relatos sobre a África e suas ancestralidade em sala de aula ou em outros espaços social, estava vivo em nossos conhecimentos só um lado da história de povo sofrido, sem cultura, selvagens, escravizados em nosso país e que foram educados, civilizados, onde sua liberdade foi ato realizado por uma princesa branca, generosa que lutava por um país justo e sem desigualdade, esse ato de bravura por enfrentar uma sociedade racista fez estabelecer uma cordialidade.

Porém sabendo da existência do racismo mesmo no século XXI, ainda achava um absurdo quando presenciava nas oralidades dos meus conhecidos e principalmente nas matérias de jornais, telejornais entre outros meios, que registravam e transmitiam práticas de violência física e psicológica com homens e mulheres negros, onde esses atos aconteciam em espaços público e privados de diversos países, sendo que maior parte desses casos aconteciam principalmente em nosso país, onde ficava me questionando sobre a única lei que eu tinha conhecimento da nossa Constituição Nacional que afirma que somos todos iguais, independentemente de cor, raça e etnias.

Diante as minhas vivências na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira¹ (UNILAB) tive a oportunidade de ingressar no curso de humanidades. Diante dele tive o contato com diversas disciplinas afro, durante esse meu percurso na universidade fui percebendo que a influência de negras e negros esteve presente na nossa construção social de identidade, alguns deles na agricultura, literatura, política, gastronomia, religião, saúde, artes, engenharia, vestimentas e principalmente na música e na dança. Entre esses conhecimentos descobri leis voltadas para educação étnica racial, onde uma delas destaco a 10.639/03, que está inclusa nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB), onde o Ensino na história e Cultura Afro-Brasileira e Africana se tornou obrigatório no Currículo Educacional Nacional nas escolas públicas e privados do ensino básico e médio do nosso país.

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo de analisar os processos de cumprimento da Educação Étnico Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em uma escola pública de ensino básico do município de Baturité-CE, tendo em vista a qualificação dos professores/as ensino fundamental I no âmbito da lei 10.639/03. Além da necessidade de entender, classificar, escrever e documentar as relações Étnico-Raciais na educação do município, pois esse discurso precisa ser reforçado além do campo educacional.

A presente proposta de estudo nos convida a realização de um debate sobre o cumprimento da educação das Relações Étnico Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Lei 10639/2003) em uma escola pública no município de Baturité-CE, para tanto se faz necessário a compreensão de alguns conceitos e definições acerca de termos e temas que compõem a estrutura teórica de trabalho.

O racismo é a ideologia que busca afirmar a superioridade de determinado grupos étnicos nacionais, linguísticos, religiosos, sobre outros, em especial, a superioridade de brancos sobre negros, indígenas, entre outros. Por extensão, o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade. (RACISMO, 2016)

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata através da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e opressor. (SANT'ANA, 2005, p. 42)

Algumas sociedades, entre elas, a brasileira, construiu,

Ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo. (GOMES, 2005, p. 56)

De acordo com análise econométricas com base nos microdados do Censo Demográfico do IBGE e do SIM/MS mostraram que a tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas sócio econômicas. Segundo a pesquisa negros e negras possuem 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadão de outras raças/cores, já descontando o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil, bairro e residência. Segundo os dados da pesquisa afirma que continuamos uma nação extremamente desigual, que não consegue garantir a vida para parcelas significativas da população, em especial à população negra. (CERQUEIRA, 2017)

O Movimento negro brasileiro ao identificar essas teorias raciais que remetiam a suposta inferioridade de negras e negros adentrando com força no Brasil no final do século XIX, principalmente em instituições memoriais e educativas, suas lutas se intensificaram contra a discriminação racial e as péssimas condições de vida da população negra que vem denunciando o mito da democracia racial em sua trajetória de luta. (CARTILHA, 2017)

Dantas, Mattos e Abreu(2012) destacam que a educação étnico racial formou um importante pano de fundo para o eixo transversal da pluralidade cultural, tornando o foco central da Lei nº 10.639/2003, que foi aprovado nas diretrizes, onde propõem diretamente a desenvolver políticas de reparação afirmativa em relação às populações afrodescendentes, essas diretrizes trazem pra o âmbito da escola, a importância da discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, que foi silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que no Brasil era uma democracia racial.

A educação étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadão, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, político, econômico dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnicos raciais e sociais. Sendo assim, para a construção de uma sociedade justa, igual a educação étnico-raciais impõem aprendizagens entre brancos e negros em troca de conhecimentos, onde a escola tem um papel preponderante para eliminação das discriminações. (SILVA P. B., 2007)

Diante a discussão teórica, vejo que é necessário somar com luta contra o preconceito racial, essa que vem a séculos descontruindo práticas racistas dentro de uma sociedade que ainda traz fortemente ideologias eurocêtricas enraizada na nossa construção de identidade.

Essas práticas racistas que acontecem constantemente em todos os espaços e principalmente nas instituições educacionais, necessitam de práticas pedagógicas antirracistas que somam com a luta contra esses fatores, vejo que a lei 10.639/03 é uma ferramenta fundamental para amparar essas desigualdades, porem para ela seja executada necessita de agentes que fiscalizem a sua aplicabilidade.

METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo que segundo Minayo (2002):

Os autores que seguem tal corrente [qualitativa] não se preocupam em qualificar, mas, sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis. (MINAYO, 2002, P.24)

Cabe destacar que a pesquisa bibliográfica para Severino, “é aquela se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documento impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. (SEVERINO, 2007, p. 122)

A importância de documentar tudo acerca da pesquisa para eventuais consultas, pois “Á medida que se procede à leitura e que elementos importantes vão surgindo, faz-se a documentação. Trata-se de tomar nota de todos os elementos que serão utilizados na elaboração do trabalho científico”. (SEVERINO, 2007, p. 146) ou seja, a partir de alguns dados teóricos relacionados a pesquisa já podemos construir uma consciência sobre o estudo e diante deles, buscar as conclusões.

A Escola de Ensino Fundamental Municipal Monsenhor Manoel Cândido foi escolhida como palco para pesquisa, pois fez parte da minha construção educacional, principalmente na questão social, pois diante a minha vivência na escola pude identificar a existências de algumas diferenças, estas que estavam ligadas a inclusão de alguns amigos negros na escola.

Para a realização do estudo pretende-se entrevistar professores e professoras do ensino fundamental I (1º ao 5º ano), sendo no mínimo um docente por ano de ensino. Para tanto será realizado o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Sexo: M () F ()

Idade: _____ anos

Como você se considera?

() Branco () Preto () Pardo () Amarela () Indígena

- 1) Você tem conhecimento do conteúdo da lei nº 10.639/03 que determina a obrigatoriedade do estudo da temática “história e cultura Afro-brasileira e africana”?
- 2) A proposta curricular da escola inclui a lei 10.639/03?
- 3) Você já participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação etc.) com temas que inclui a educação étnica racial?
- 4) Neste ano, foram desenvolvidas atividades para atender o determinado pela lei 10.639/03 nesta escola?
- 5) Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada na sua prática em sala de aula?
- 6) Os livros didáticos e paradidáticos adotados pela escola abordam o tema?
- 7) Os funcionários recebem alguma formação sobre a história e cultura afro-brasileira visando contribuir para criação de um ambiente escolar que respeita a diversidade e a contribuição de diferentes matrizes culturais?
- 8) A equipe escolar registrou algum tipo de situação racismo de professores, estudantes, funcionários, direção)?

A entrevista será realizada na escola, ou nos locais mais convenientes para os entrevistados. O convite para participar ocorrerá via apresentação da proposta de pesquisa, com os objetivos e questionário. Além das entrevistas, buscará analisar os documentos da escola, como

projeto político Pedagógico, Planos de aula, como o intuito de compreender a aplicação da Lei 10639/2003 na referida escola.

A presente pesquisa será desenvolvida nos anos finais do curso de Pedagogia

CRONOGRAMA

AÇÃO/ PERÍODO	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO (PESQUISA)	X	X
APRESENTAÇÃO	X	
DELIMITAÇÃO DO OBJETO	X	
JUSTIFICATIVA	X	
PROBLEMATIZAÇÃO/ CONSTRUÇÃO DO OBJETO	X	
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:	X	X
METODOLOGIA		X
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	X	X
DEFESA DE TCC		X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. (2013). Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília.

BRASIL. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Brasília. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>

CARTILHA do GTPCEGDS: contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas das/os negras/os, e das/os LGBT. Brasília: ANDES-SN. 2017. 76 p.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 69 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em: 17 maio 2018.

DANTAS, C. V.; MATTOS, H.; ABREU, M. (Orgs.) **O negro no Brasil: trajetória e lutas em dez de história**. Rio de Janeiro: Objetiva. 166 p.

DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: [s. n.], 2004. 36 p. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/ghqTW>>. Acesso em: 11 maio 2018.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989. ges/0014/001432/143283por.pdf>. Acesso em 17 maio 2018.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discursão. In: **EDUCAÇÃO anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39 – 64. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/Imaget>; . Acesso em: 11 maio 2018.

MINAYO, M. C. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes. 2012.

PROJETO político pedagógico. E. E. F. M. Monsenhor Manoel Cândido, 2012. 67 p.

QUEM SOMOS. Baturité: Monsteiro Jesuitas, 2016. Disponível em: <<http://mosteirodosjesuitas.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

RACISMO é Crime Denuncie! Brasília. 2016.

SANT'ANA Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 39 – 68. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 11 maio 2018

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez. 2007.

SILVA, J. A. V. da. A Lei 10.639/03 – Desafios para uma educação anti-racista. In: HOLANDA, C. R. (Orgs.) **Negros no Ceará: História, memória e etnicidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009. p. 213 – 232.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. 2007. **Educação** Porto Alegre/RS, ano 3, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>>. Acesso em: 17 maio de 2018.

SILVEIRA, R. S. Desafios jurídicos e subjetivos de se implantar políticas públicas raciais no Brasil. In: SILVEIRA, R. da C. da; COSTA, R. S. da. (Orgs.) **Literatura, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Escolas: Redes de Possibilidades para o Cumprimento da Legislação: Lei 10.639/2003**. Porto Alegre: UniRitter, 2011. P. 95 – 111.